

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 9252/17-PGJ, resolve

I – CONCEDER

08 (oito) dias de licença luto à Promotora de Justiça DANIELLE GARCEZ DA SILVA, a partir de 05 de maio do ano em curso.

II – DESIGNAR

o Promotor de Justiça MARCIO PINHEIRO DANTAS MOTTA para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar na 13ª Promotoria de Justiça da Comarca da PONTA GROSSA, durante a licença da respectiva titular.

Curitiba, 08 de maio de 2017.

Ivonei Sfoggia
Procurador-Geral de Justiça

38710/2017

RESOLUÇÃO nº 24/2017-CGMP

O Corregedor-Geral do Ministério Público, no uso das atribuições previstas nos artigos 175 e 176, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE, com fundamento no artigo 176 da Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná, prorrogar por 30 (trinta) dias, a partir de 08/05/2017, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017-CGMP.

Curitiba, 8 de maio de 2017.

Arion Rolim Pereira
Corregedor-Geral do Ministério Público

38654/2017

RESOLUÇÃO Nº 2307/2017

Dá nova redação ao Anexo I da Resolução nº 5896, de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta o exercício de funções de confiança e de cargos em comissão no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e considerando o contido no Protocolo nº 22.850/2016-MPPR,

RESOLVE

Art. 1º O Anexo I da Resolução nº 5.896, de 22 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a descrição e atribuições dos cargos de provimento em comissão do Quadro Próprio do Ministério Público do Estado do Paraná, passa a vigorar, no tocante aos cargos de Assessor de Promotor de Justiça, de Assessor de Promotoria e de Assessor de Promotoria de Justiça, com a seguinte redação:

“ASSESSOR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA

Símbolo: DAS-5

Vinculação organizacional: Promotoria de Justiça

Nº de cargos: 280

Ato de criação: Lei Estadual nº 15.913 de 28/07/2008 criou 100 cargos; Lei Estadual nº 16.383/2010 criou 180 cargos.

Formação requerida: Superior

ASSESSOR DE PROMOTORIA

Símbolo: DAS-5

Vinculação organizacional: Promotoria de Justiça

Nº de cargos: 353

Ato de criação: Lei Estadual nº 16.960 de 05/12/2011 criou 64 cargos; Lei Estadual nº 17.227 de 16/07/2012 criou 180 cargos; Lei Estadual nº 17.523 de 19/03/2013 criou 15 cargos; Lei Estadual nº 18.140 de 04/07/2014 criou 94 cargos

Formação requerida: Superior

ASSESSOR DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Símbolo: DAS-5

Vinculação organizacional: Promotoria de Justiça

Nº de cargos: 06

Ato de criação: Lei Estadual nº 16.960 de 05/12/2011 criou 06 cargos.

Formação requerida: Superior

Descrição de atribuições:

- Prestar assessoramento direto aos Promotores de Justiça em assuntos técnicos, operacionais e administrativos, em geral, no tocante às atividades relacionadas às respectivas funções institucionais e à consecução dos seus objetivos;
- Assessorar o Promotor de Justiça no que concerne às instruções, notificações, requisições e diligências;
- Elaborar minutas de pareceres, pesquisando códigos, leis, jurisprudência e outras fontes;

- Realizar estudos e pesquisas, bem como propor projetos, programas e atividades relacionadas aos assuntos da área fim;
- Coordenar a realização das atividades de natureza administrativa da Promotoria, de forma a otimizar sua atuação;
- Organizar e manter atualizado arquivo de relatórios, ofícios, citações, notificações, intimações, requisições e outros expedientes da unidade administrativa;
- Secretariar as audiências, lavrando os respectivos termos;
- Instruir processos e outros expedientes a serem submetidos ao Promotor de Justiça, em conjunto com os demais servidores;
- Atender as partes interessadas que procuram a Promotoria de Justiça em busca de orientação, informação ou serviço;
- Prestar esclarecimentos aos interessados sobre a forma de procedimento, atribuições e finalidades da Promotoria de Justiça encaminhando-os, quando for o caso, a outros órgãos;
- Desenvolver outras atividades correlatas definidas pelo Promotor de Justiça”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de maio de 2017.

Ivonei Sfoggia
Procurador-Geral de Justiça

38758/2017

EDITAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 30/2017-SUBADM/DGP

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução nº 1819, de 11 de abril de 2016, considerando o teor da Resolução nº 946, de 30 de junho de 1999, tendo em vista o contido no Edital de Remoção nº 21/2017-SUBADM/DGP e de acordo com o protocolo nº 2408/2017-MP/PR, resolve

TORNAR PÚBLICO

I – a relação dos servidores ocupantes do cargo de Auditor participantes do Concurso de Remoção regido por meio do Edital nº 21/2017-SUBADM/DGP:

PROT. Nº	SERVIDOR	ADMISSÃO	DATA NASCIMENTO	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO REQUERIDA
4747/2017	JUCILEINE DE LIMA	22/03/2016	11/04/1984	CAEX/NATE/UCAE/13ª Urate-Paranaguá	CURITIBA

II – o indeferimento do pedido de remoção formulado pela servidora Jucileine de Lima, em razão da servidora ainda estar em estágio probatório.

III – inexistência de servidor vencedor do concurso de remoção regido por meio do Edital nº 21/2017-SUBADM/DGP.

Curitiba, 02 de maio de 2017.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Sonia Mara Dias Prestes
Diretora do DGP/SUBADM,
em exercício

38516/2017

EDITAL Nº 32/2017-SUBADM/DGP

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução nº 1819, de 11 de abril de 2016, tendo em vista o contido nos itens 1.6, 11.10 e 14.7 do Edital nº 01/2013, e de acordo com o Protocolo nº 2408/2016-MP/PR, resolve

TORNAR PÚBLICA

1. A convocação da candidata abaixo, aprovada no Concurso de Ingresso ao Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e classificada em listagem geral agrupada por cargo e nota, para optar pela localidade para a qual comprovará os requisitos de investidura no cargo de AUDITOR:

INSCRIÇÃO	NOME	RG	UF	LOCAL VAGA	LOCAL CONCURSO
1024332-1	PATRICIA FERNANDA DAS NEVES SANTANA	107944826	PR	Curitiba	Toledo

2. A candidata poderá optar por:

- a) desistir da convocação para o local da vaga mencionado, tanto para a presente vaga como para futuras, permanecendo em lista de classificação: no local para o qual prestou concurso; na Mesorregião para outros locais dos quais não tenham desistido previamente; e na Geral.
- b) ser submetida à inspeção médica oficial e à apresentação dos documentos para o local da vaga da Mesorregião ofertada.

3. O encaminhamento do Requerimento de Opção (disponível no link: http://www.administracao.mppr.mp.br/arquivos/File/dgp/requerimentos/modelo_requerimento_opcao.doc) deverá ser entregue ao Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério Público do Estado do Paraná no prazo de até 05 (cinco) dias contados da publicação deste Edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná.

4. O Requerimento de Opção poderá ser entregue:

- a) pessoalmente; ou
- b) via correio.